

Um jogo de rato e gato

ROLF KUNTZ

A política econômica virou um jogo de rato e gato. O rato é o governo, ou, mais precisamente, a outra chamada autoridade econômica.



Ministros e seus assessores tentam representar seus papéis, mas a partida é comandada, de fato, pelo outro lado. O time do gato joga com uma certeza: a inflação vai subir e os ministros da Fazenda e do Planejamento nada poderão fazer contra isso. Tentarão apenas contemporizar, como até agora, e dentro de alguns meses talvez recorram, mais uma vez, a um pacote de emergência — sem grande efeito, naturalmente. Até lá, irão recuando e ajustando suas decisões a uma realidade incontrolável. Quem duvidar pode conferir. Bastam alguns exemplos:

O mercado financeiro exigiu a volta da correção monetária. O governo tentou resistir mas em pouco tempo inventou o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), reencarnação da recém-falecida OTN. Como ninguém quer comprar BTN, esse título só pode servir como indexador. De inicio, logo depois do lançamento do Plano Verão, a correção monetária, exceetuado o caso da caderneta de poupança, foi proibida para os contratos financeiros de prazo inferior a 90 dias. O limite já caiu para 60 e o mercado pressiona, agora, pela criação de uma BTN fiscal, isto é, de um título oficial com valor atualizado diariamente.

● O índice diário de correção de certo modo já existe. É a taxa de juros fixada pelo Banco Central. Como o custo do dinheiro deve ser positivo, isto é, ultrapassar a taxa de inflação, a taxa diária sinaliza aproximadamente a alta de preços projetada pelo governo.

o Para evitar a fuga de recursos do mercado financeiro — e, portanto, dos papéis do Tesouro — para mercados especulativos, o governo foi obrigado a mudar a tributação. Melhor para os aplicadores.

o Medidas como essa têm efeito limitadíssimo. Como os especuladores acreditam, corretamente, no avanço da inflação, é deles mesmos a decisão final sobre como e onde aplicar seu dinheiro. De vez em quando, para baixar a temperatura, o governo vende ouro. Os compradores adoram. Providências desse tipo só têm sentido quando as causas da especulação estão sendo atacadas.

● O comando sobre o preço oficial do dólar também é limitado. De inicio, o governo quis adotar uma política de reajustes com data incerta, espaçados e sem vínculo obrigatório com um indicador. Perdeu a parada. As exportações desabaram em abril e as importações deram um salto. A greve dos portuários, naturalmente, não serve de explicação. A grande causa foi mesmo a expectativa de uma valorização maior do dólar. Nesse caso, valia a pena retardar as vendas e antecipar as compras.

Maior começou com uma desvalorização extra do cruzado novo. Além disso, o País tem agora uma política cambial: os reajustes devem acompanhar a variação do Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas.

● Com o Plano Verão o governo tentou, mais uma vez, controlar o preço da carne, e, indiretamente, do boi. Mais uma vez não deu certo. Mesmo com a proibição das exportações de traseiros e com os juros altos até março, os pecuaristas retiveram o boi e os açougueiros cobraram ágio. Não houve um desabastecimento dramático, mas o governo de novo perdeu a briga. A arroba do boi anda sendo negociada entre NCz\$ 38 e NCz\$ 40 no interior. Pelo preço oficial, deveria custar NCz\$ 18.

● Os torradores de café diminuíram suas compras de matéria-prima e suas vendas aos supermercados. O governo autorizou aumento de 25%. A falta continuou. Já se admite, em Brasília, a possibilidade de vender café do IBC aos torradores.

● O governo anuncia a disposição de só controlar preços de farinha de trigo, pão e leite. Não se trata de uma política de liberalização econômica, mas de uma confissão de impotência. O controle de preços, dentro de certos limites, pode complementar utilmente uma política antiinflacionária, especialmente quando não há condição para uma liberação ampla das importações. Mas não há uma política antiinflacionária. Este dado é oficial. Pode ser lido nas contas do Tesouro e do Banco Central.

□ Rolf Kuntz é repórter especial e editorialista do Estado.